

12

CAPÍTULO

RECONFIGURAÇÃO ESPACIAL DA CIDADE DE TRÊS RANCHOS E PRIVATIZAÇÃO DA OCUPAÇÃO NO ENTORNO DO LAGO

Torres, Claudia Ferreira ^{1*}; Orlando, Paulo Henrique Kingma ²

¹ Mestranda em Geografia/PPG/UFG/CAC/Membro do NEPSA/UFG/RC.

² Professor/Orientador/PPG/UFG/CAC/Membro do NEPSA/UFG/RC.

* email: claudiafortes@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho constitui de estudos preliminares acerca do município de Três Ranchos (GO) que se caracterizou como localidade turística a partir da formação do lago artificial, originado da construção da Usina Hidrelétrica de Emborcação pela Central Elétrica de Minas Gerais (CEMIG) no Rio Paranaíba no início da década de 1980. O intuito deste trabalho é identificar o processo de Reconfiguração Espacial da Cidade de Três Ranchos (GO) após o surgimento do lago em específico a ocupação de suas margens de forma privatista. Para desenvolver a atividade turística, houve a construção de grandes empreendimentos no local e a ocorrência de usos competitivos pelo recurso

hídrico (o Lago) por parte da população residente e esses empreendimentos. Busca-se com essa pesquisa contextualizar historicamente esse processo por meio de pesquisa teórica. Posteriormente, caracterizar o uso desse território através de mapeamento no intuito de identificar os atores sociais envolvidos nesse rearranjo espacial. Em uma última etapa, serão aplicados questionários e entrevistas com moradores, turistas, poder público possibilitando assim o melhor entendimento da realidade local e contribuição no processo de planejamento.

Palavras-chave: Três Ranchos, Território, Planejamento

1. INTRODUÇÃO

Nos diversos destinos turísticos existentes no Brasil, o país necessita planejar o espaço turístico para melhor utilizá-lo ambientalmente e socialmente. Neste planejamento, deve haver a preocupação com o tipo de turismo que irá ser desenvolvido e as implicações que o turismo irá ocasionar ao meio natural, bem como oferecer possibilidades de desenvolvimento preocupado com a questão social dos sujeitos do local. Afinal, é preciso compreender que essa atividade gera deslocamentos humanos e cria espaços diferenciados: áreas de deslocamento, áreas emissoras e áreas receptoras de pessoas, ocasionando impactos tanto negativos como positivos.

Ao desenvolver a atividade turística em qualquer local, é necessária a implantação de algumas alternativas que visam à integração econômica e social, principalmente pela grande procura das pessoas pelos ambientes naturais e culturais, marcando uma volta do homem ao contato com o simples designando, assim, os espaços como municípios turísticos ou como municípios de grande potencial turístico.

Nesta concepção o município de Três Ranchos localizado no Sudeste do Estado de Goiás que dista 291 km de Goiânia, adquiriu sua função turística devido ao represamento das águas do Rio Paranaíba pelas Centrais Elétricas de Goiás (CEMIG) no início da década de 1980. Da construção dessa barragem formou-se o lago artificial conhecido como Lago Azul colocando o município dentro do panorama Regional de local turístico. A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de discutir como foi e têm sido ocupadas na atualidade as margens deste lago próximo ao sítio urbano.

Assim, para a realização e o alcance dos objetivos estabelecidos, é necessário o levantamento, por meio de uma pesquisa teórica, do caráter turístico que o município de Três Ranchos adquiriu com o represamento das águas do Rio Paranaíba. Isso será feito a partir de alguns trabalhos produzidos, projetos, estudos de oferta turística já realizada no município e dados da secretaria de turismo. Posteriormente, será feita a identificação e caracterização por meio de mapeamento do uso e ocupação as margens do lago no intuito de compreender quem são os atores sociais responsáveis pela apropriação desse espaço. Desta forma, a pesquisa se justifica pela ausência de estudo do local envolvendo essa temática, pelo trabalho desenvolvido na cidade enquanto profissional da educação e a intenção de contribuir através da pesquisa o melhor entendimento da realidade local, nos processos decisórios e de gestão.

2. PLANEJAMENTO E ORDENAMENTO TERRITORIAL COMO PRÁTICA PARA UMA RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DEMOCRÁTICA

Historicamente são grandes os conflitos advindos da relação que o homem estabelece com a natureza para produção de suas necessidades. Tais conflitos envolvem vários setores da sociedade. Nessa situação, há que se destacar a participação do Estado ora intervindo de forma incisiva tolhendo práticas insustentáveis, ora intervindo como mantenedor das mesmas. Desta feita, discorrer sobre as transformações - sejam elas de ordem social, espacial ou ambiental - de um lugar não se faz sem uma busca na história, uma vez que esta permitirá a averiguação da realidade existente.

Relevância há no papel de diversos campos do conhecimento para dar conta dessa busca, principalmente no que tange ao planejamento urbano, que não se restringe a uma única disciplina, mas ao conhecimento e metodologias de áreas distintas, haja vista que, para se construir o urbano, é necessária a utilização de diferentes habilidades no intuito de planejar e gerir uma cidade que ofereça melhores condições de vida para todos (DUARTE, 2007).

Isso porque, à medida que alterações ocorrem, sejam elas de qualquer ordem, podem facilitar ou dificultar o desenvolvimento e a qualidade de vida dos indivíduos inseridos em um local. Ao considerarmos a velocidade das transformações das sociedades e o seu processo de desenvolvimento ao longo do tempo histórico vamos entender quais demandas foram responsáveis por provocarem a valorização ou mesmo a desvalorização de determinado espaço. Nesse sentido, Sposito (1988) considera em seu estudo que o espaço é um processo histórico, resultado de transformações sociais. Nas reflexões feitas pela autora a origem do urbano decorre tanto do processo social quanto do político, mas foram as condições naturais (geográficas) em determinado momento histórico que orientaram a ocupação e o uso dos recursos existentes. Tomando como parâmetro as cidades europeias, a autora menciona que essas são as bases das cidades da atualidade. Assim, com o desenvolvimento do modelo de produção capitalista a terra se torna mercadoria, ou seja, seu acesso depende da compra, venda ou aluguel, denotando o papel do Estado e seu descaso ao não fiscalizar, regulamentar ou mesmo elaborar planos de ocupação do espaço público. Com relação ao Estado, Sposito (1988, p. 56) aponta que “[...] Ele próprio passou a ser um especulador, vendendo muitos terrenos públicos para pagar suas dívidas. A classe dominante aproveitou para realizar seus investimentos imobiliários.”

Para Sposito (1988, p. 56), “A cidade, o bairro, a casa iam sendo assim determinados pelos interesses do lucro”. A partir disso, a autora discorre sobre

a separação social dentro do espaço urbano. Essa separação é decorrente do desenvolvimento do capitalismo monopolista que distancia as chances de trabalhadores que recebem salários diferentes terem condições mínimas de vida, como acesso a equipamentos e serviços urbanos e infraestrutura adequada. Esses são destinados a lugares na cidade onde reside uma população de maior poder aquisitivo. Dessa forma, todo processo de ocupação, organização e situação desordenada das cidades historicamente apontado nesta obra em nada se diferencia daquele vivenciado pelas cidades na atualidade. Questiona-se se o planejamento ou sua ausência não são intencionais, pois não se pode contrariar os interesses específicos de determinados segmentos sociais. Como consequência da “ausência” de planejamento há que se ressaltar a questão ambiental, pois, ao se produzir e consumir o espaço urbano, há intensa degradação, resultando em danos incalculáveis.

Considerando-se a importância do planejamento urbano, Duarte (2007, p. 22) o define “[...] como um conjunto de medidas tomadas para que sejam atingidos os objetivos desejados, tendo em vista recursos disponíveis e os fatores externos que podem influir nesse processo.”

Para esse autor, o sucesso do planejamento depende do conhecimento dos objetivos e dos recursos existentes, buscando responder a uma pergunta básica: *para quê?* Sem esse questionamento em mente de nada adiantaria se ter abundância de dados, profissionais, metodologias e instrumentos de excelente qualidade. O planejamento depende da análise de um contexto e de um conjunto de etapas que são: diagnóstico, prognóstico, propostas e gestão. Para Duarte (2007), o diagnóstico é a análise da situação existente e tem como parte integrante o inventário, que é a coleta e a organização de dados sobre determinada área geográfica e determinado assunto. A coleta de dados não é o passo inicial do planejamento, mas a pergunta *para quê?* Ao respondê-la, já estão contidas as bases analíticas que devem ser utilizadas. Na etapa do diagnóstico é importante o conhecimento seguro da cidade e como ela chegou à situação atual para, posteriormente, buscar soluções, alternativas, ou seja, um prognóstico (uma previsão do que poderá ser), se mantidas as condições atuais.

Sobre isso, Duarte (2007) explica:

Sendo assim, o que podemos fazer para que os prognósticos positivos de fato se realizem e para evitar que ocorram os negativos? O que fazer para mudar o destino em alguns aspectos? Esse processo considera que daqui a 5, 10, ou 20 anos a cidade deverá estar assim, ou seja, de acordo com o que atualmente está sendo planejado (DUARTE, 2007, p. 29).

A etapa subsequente do processo de planejamento consiste na elaboração de um conjunto de propostas que intervenha na situação atual, visando à melhoria da qualidade de vida da população. Determinadas características do município podem ser alteradas para se alcançar o desenvolvimento socioeconômico, mesmo que nas etapas do diagnóstico e prognóstico isso não seja observado. Desse modo, Duarte (2007) explica que a cidade de Curitiba hoje é exemplo de planejamento urbano, com seus parques, que são visitados por turistas e moradores da cidade diariamente, o que não ocorria no passado por se acreditar ser a cidade muito fria. O Governo local percebeu que não era o frio que impedia a população de visitar os parques, mas a ausência desses lugares. Diante disso, percebe-se que cabe à gestão urbana organizar e assegurar o bom funcionamento da cidade atendendo às demandas e necessidades da população no intuito de garantir sua qualidade de vida. Para concretizar isso é fundamental a participação da sociedade civil organizada. Um boa forma de atingir esse objetivo é a participação dos munícipes nos planos diretores assumindo a corresponsabilidade pela elaboração dos planos urbanos (DUARTE, 2007).

A garantia da participação no plano diretor é determinada pela Lei Federal nº 10.257/2001, conhecida pelo nome de *Estatuto da Cidade*, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição de 1988 e que trata da política urbana. Além disso, essa lei orienta que o plano diretor seja revisto a cada 10 anos devido às alterações ocorridas na dinâmica urbana. Da mesma forma, é definido que o referido plano seja realizado em cidades com mais de 20 mil habitantes, em municípios turísticos ou aqueles que forem acometidos por empreendimentos passíveis de causar impactos (DUARTE, 2007).

Quanto ao *Estatuto da Cidade*, Duarte (2007, p. 93) esclarece que ele: “[...] introduziu a obrigatoriedade de participação da população em diferentes etapas de sua elaboração, em audiências públicas, além da publicidade e acesso aos documentos de qualquer interessado, conforme art. 40 § 4, capítulos I, II, e III.”

Mesmo sendo um instrumento ordenativo do planejamento urbano, há nas cidades o desrespeito ao plano diretor, principalmente no que diz respeito às áreas de ocupação acelerada, que deveriam estar protegidas devido à importância ambiental que possuem (por exemplo: mananciais utilizados para o abastecimento da população). Ou seja, há nos espaços urbanos uma ocupação desordenada dos territórios.

Assim, qualquer que seja a escala dos espaços urbanos, eles são resultado das relações sociais e capitalistas com o território. Nesse sentido, Smith (1988, p. 200) explica que “[...] o próprio mercado imobiliário competitivo ou, antes, sua integração numa economia mais ampla, conduz igual e espontaneamente à desordem.”

Sobre o conceito de território, vejamos essa passagem colocada por Haesbaert (2012):

Partindo de um ponto de vista mais pragmático, poderíamos afirmar que questões ligadas ao controle, “ordenamento” e gestão do espaço, onde se inserem também as chamadas questões ambientais, têm sido cada vez centrais para alimentar este debate. Elas nos ajudam, de certa forma, a repensar o conceito de território. A implementação das chamadas políticas de ordenamento territorial deixa mais clara a necessidade de considerar duas características básicas do território: em primeiro lugar, seu caráter político – no jogo entre os macropoderes políticos institucionalizados e os “micropoderes”, muitas vezes mais simbólicos, produzidos e vividos no cotidiano das populações; em segundo lugar, seu caráter integrador – o Estado em seu papel gestor-redistributivo e os indivíduos e grupos sociais em sua vivência concreta como os “ambientes” capazes de reconhecer e de tratar o espaço social em todas suas múltiplas dimensões (HAESBAERT, 2012, p. 76. Destaques do autor).

A partir dessas reflexões é possível pensar que, seja qual for o tamanho da cidade, há sempre dificuldades em se gerir esse espaço, pois é pouco provável que ele esteja isento de possuir problemas urbanos, afinal, à medida que ocorre o crescimento das cidades há a dificuldade em se ofertar serviços ou até mesmo oferecê-los com qualidade à população. A causa deste fato deriva da insuficiência de recursos, normalmente oriundos da má arrecadação de impostos, ou do uso incorreto de verbas públicas, como desperdícios de materiais e recursos humanos em obras públicas, o que gera desconforto ou conflitos de interesse em uma cidade. As demandas sociais (moradia, saúde, transporte, educação, emprego, lazer) não são pensadas pela própria sociedade, aumentando a precarização das condições de vida nas cidades. Os espaços urbanos não são planejados para as pessoas, mas para o capital. Ele que determina quais áreas serão priorizadas pelos serviços públicos. Ressaltamos que a distribuição desses serviços de maneira equilibrada e justa garantiria um convívio saudável entre os cidadãos.

Para Camargo (2009), “A concepção capitalista de ordem traça assim uma única verdade e reproduz no espaço suas perspectivas de mais-valia. Nesse contexto, o planejamento-gestão torna-se um instrumento do capital [...]” (CAMARGO, 2009, p. 22).

Camargo (2009) aponta que, entre os vários significados da palavra ordem existentes no Dicionário Aurélio, encontra-se aquele que indica disposição permanente de meios para se obter um determinado fim. Para ele “[...] ordenar significa pôr em ordem, dispor, determinar por ordem, mandar – controlar”. (CAMARGO, 2009, p. 23).

Para o autor, quando se diz ordenamento da sociedade na atualidade isso significa o mesmo que dizer: a organização espacial das formas geográficas de acordo com o interesse do planejador (CAMARGO, 2009). O planejamento/gestão do território está ligado mais a uma questão de ideologia do que a uma questão econômica, alterando-se as paisagens geográficas para atender à reprodução do capital. Com a anuência do Estado as formas de poder se articulam buscando atingir seus objetivos.

Nesse sentido, o espaço dentro da lógica capitalista que visa cada vez mais a obtenção de lucros vai sendo determinado, como observa Camargo (2009), por um ordenamento intencional, impulsionado por um modelo de crescimento Mundial que muitas vezes prioriza os interesses de grandes grupos organizacionais, desrespeitando os interesses locais e gerando desordem. Para ele, as variáveis combinadas diferenciam territórios e lugares, desse modo, cada período técnico direciona e organiza paisagens geográficas conferindo diferentes funcionalidades ao território.

Em suma, Camargo (2009) explica que:

Governos locais que direcionam infra-estrutura para determinados locais e que nitidamente se esquecem de outros lugares dentro de seu território podem em um Estado democrático suportar a pressão popular? À medida que o capital diminui as distâncias implantando o meio técnico e o científico nas paisagens, também se verifica um novo patamar de dimensões que alertam as populações de seus limites e de suas possibilidades pela simples comparação de paisagens (CAMARGO, 2009, p. 43).

Assim, por serem resultado do desenvolvimento do capitalismo, as cidades apresentam problemas distintos que carecem de um olhar mais atento, tanto dos governantes como da sociedade. Há espaços com extremo desenvolvimento desigual, carentes de políticas públicas de Estado, de ações de organismos públicos, de instituições de ensino e pesquisa, ONGs, empresas privadas e até mesmo de uma sociedade civil organizada. Esses setores necessitam realizar ações que promovam o desenvolvimento integrado no qual centro e periferia possam usufruir de serviços públicos com qualidade. É urgente a atenção a

um planejamento que auxilie a recuperação ambiental e que esteja embasado nos princípios da sustentabilidade, além disso, deve-se demonstrar mais rigor na concessão e fiscalização de licenciamentos ambientais, além de promover a melhor participação da sociedade oferecendo subsídios para que a mesma possa ativamente colaborar nesse processo.

Deste modo, destacamos que a sociedade possui papel fundamental no referido processo. É ela que, politizada e ambientalmente educada, possibilitará definir interesses e prioridades sobre o que é uso e direito social de todos, bem como sobre quais as atividades humanas são responsáveis por degradar o meio ambiente.

O ideal seria que a execução do planejamento urbano e seu gerenciamento fossem feitos de maneira desinteressada, considerando os direitos sociais expressos na constituição: emprego, segurança, saúde, educação ou cultura, e que as necessidades de qualquer morador da cidade fossem exercidos. Importante pensar dentro desse plano urbano que cada um destes aspectos gera impactos ao meio ambiente e foram muito negligenciados no decorrer do tempo histórico. Ou seja, só há pouco é que se entendeu que qualquer obra ou intervenção ocasionada no meio gera impactos (negativos) diretos ao ambiente, não só a ele, mas também à saúde, havendo, portanto, a necessidade de infraestrutura e gestão adequada. Nessa perspectiva, é função dos planos diretores estabelecer diretrizes para o desenvolvimento equilibrado dos municípios. Os planos são objeto de debate em audiências públicas, sendo questionados pela população (direito esse garantido por Lei) e, posteriormente, aprovados pelas câmaras municipais. Nesse sentido, o planejamento urbano tenta abarcar a dimensão econômica, social, ambiental, de infraestrutura, gerencial e territorial (DUARTE, 2007).

No que se refere à dimensão econômica, essa estaria ligada à criação de projetos visando ao desenvolvimento dos setores econômicos e às possíveis mudanças de funções econômicas na dinâmica urbana, bem como à criação de programas para geração de postos de trabalho, permitindo que os munícipes sejam empregados em locais que não seja o poder público local. Ou seja, oferecer condições para que a iniciativa privada venha se instalar nesses municípios e crie postos de trabalho. Quanto à dimensão infraestrutural, o foco é criar obras, serviços públicos e de transporte para atender ao coletivo favorecendo inclusive a instalação de empresas privadas na tentativa de estimular o desenvolvimento econômico local. Quanto à dimensão social esta é bastante ampla envolvendo diversos aspectos internos, como saúde, educação, lazer, segurança, moradia entre outros. Em relação ao aspecto habitacional cabe ao planejamento direcionar territorialmente as ocupações pensando não apenas na localização

destas, mas a infraestrutura e nos equipamentos urbanos necessários, de modo a promover um convívio harmônico entre os cidadãos. Outro aspecto importante é preservação e existência de áreas verdes. A dimensão ambiental deve estar intrinsecamente ligada a todas as outras dimensões dentro do planejamento urbano, assim como a gerencial (administração, finanças, governo, comunicação e fazenda) e a territorial (DUARTE, 2007).

Dessa forma, as preocupações com as questões sociais e ambientais devem caminhar juntas, haja vista que no decorrer do tempo histórico são muitos os impactos que a sociedade promove no espaço, causando interferência no ambiente e uma reorganização no mesmo.

Conforme Filho (2010 apud ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010. Destaques do autor):

Diante da complexidade e heterogeneidade dos interesses envolvidos, a resolução dos conflitos ambientais requer uma condução compartilhada no processo de gestão. Essa preocupação está explicitada na Constituição (art. 225) quando esta determina que cabe ao poder público e à coletividade o dever de proteger e preservar o ambiente para as futuras gerações.(FILHO, 2010, p.352)

Para Zhouri e Laschefski (2010), os conflitos ambientais territoriais que ocorrem em grupos que dependem do meio e que foram desterritorializados pelo processo de apropriação do espaço, geram a perda da memória, da base material e simbólica e da identidade com os lugares. Para os autores, “o território é entendido como patrimônio necessário para a produção e reprodução que garante a sobrevivência da comunidade como um todo” (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010, p. 25).

O conceito de desterritorialização apresentado por Haesbaert (2012) se relaciona à concepção de território adotada na pesquisa. Conforme Haesbaert (2012, p. 35): “Dependendo da concepção de território muda, consequentemente, a nossa definição de desterritorialização.” Nesse sentido, o autor considera que há a necessidade de se discutir linhas teórico-conceituais do uso dessa expressão, sem a preocupação de trazer um conceito para tal problemática no intuito de discorrer sobre a amplitude desse conceito que perpassa não só a ciência Geográfica, mas diversas áreas do conhecimento.

Para Raffestin (1993) o território é constituído pelas formas nas paisagens mais a vida que os anima, compondo um sistema complexo que se desenvolve constantemente; enquanto que o espaço geográfico é edificado socialmente por

um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações, sendo, também, a categoria de análise geográfica.

De acordo com Santos (1999):

Essa intencionalidade é mercantil, mas não raro é, também, simbólica. Aliás, para ser mercantil, frequentemente necessita ser simbólica antes. Quando nos dizem que as hidrelétricas vêm trazer, para um país ou para uma região, a esperança de salvação da economia, da integração no mundo, a segurança do progresso, tudo isso são símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade do objeto que, na realidade, ao contrário, pode exatamente vir destroçar a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais (SANTOS, 1999, p. 173).

A rapidez dessas transformações que reorganizam um espaço de acordo com as questões mercadológicas dificulta a relação que as pessoas possam manter com esse lugar, pois as retira deste espaço e as condiciona a outra realidade que não aquela com a qual elas estavam acostumadas. O que predomina são fatores econômicos e políticos, que demandam, algumas vezes, de recursos públicos para manutenção de infraestrutura de apoio às obras e à realização de interesses minoritários.

Assim, essa situação de banimento que separa o homem do ambiente acaba por criar certa ausência de identificação com os lugares devido à situação imposta pelo modelo capitalista, em que existem espaços de segregação, de paisagens diferenciadas criadas com o intuito de gerar renda, atrair pessoas e repelir outras, demonstrando como o homem se relaciona com a natureza de acordo com sua necessidade e poder. Contribuindo com essa reflexão, Haesbaert (2012) esclarece que:

Entretanto como iremos construir novas identificações, novas territorializações e “amar tudo o que existe”, num mundo de crescente e abominável desigualdade, exclusão, segregação, violência e insegurança? Sem dúvida, seria redundante lembrar, para poder “amar tudo o que existe” e construir territórios efetivamente – o que significa, sobretudo, “afetivamente” – apropriados, é necessário, primeiro, acabar com toda exploração e indiferença dos homens entre si e dos homens para com a própria “natureza” (HAESBAERT, 2012, p. 369-370. Destaques do autor).

Compreender o valor da natureza não se faz sem se entender o papel que transformações tecnológicas possuem na atualidade. O ambiente se tornou objeto de extremo valor mediante a produção de novas necessidades. Essas mudanças promoveram no homem contemporâneo a visão de que a natureza deve ser preservada. Ao se retirar aquilo que supostamente se considera como recurso necessário destinado à supressão de nossas necessidades e o progresso, deve-se pensar na continuidade e manutenção dos recursos. Com esse propósito, devem-se considerar diferentes metodologias e conhecimentos na tentativa de se elaborar propostas com soluções para problemas que ainda carecem de uma longa discussão.

2.1 REORDENAMENTO TERRITORIAL EM TRÊS RANCHOS COM A IMPLANTAÇÃO DA USINA DE EMBORCAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Considerando o referencial teórico adotado entende-se que, com anuência do poder público criou-se em Três Ranchos territórios diferenciados que, construídos no decorrer do tempo histórico, denotam relações de poder existentes neste local. De acordo com Borges (1997) houve o incentivo da prefeitura para a construção de casas de veraneio e meios de hospedagem luxuosos a beira do lago o que acabou dificultando o acesso público ao lago por parte da população de baixa renda seja ela moradora ou visitante. Ainda conforme esse autor muitos destes proprietários deixaram de consumir os produtos locais, pois traziam seus produtos da cidade de origem. Outro problema ressaltado em seu estudo foi o desrespeito à natureza devido o impacto ocasionado pela ocupação desordenada das margens do lago.

Assim, ao desenvolver a atividade turística em qualquer local, é necessária a implantação de algumas alternativas que visam à integração econômica e social e ambiental. Deve ser responsabilidade dos grandes empreendimentos de se fazer estudos para avaliar os impactos socioambientais que estes causarão elaborando diagnóstico ambiental com estudo da dinâmica de ocupação e uso da terra, mapeamento e caracterização de áreas de preservação permanente (APP), elaborar planos de recuperação de áreas degradadas (PRAD), gerenciar conflitos de processos ambientais, entre outros. O executivo deve ter mais empenho na preservação e proteção ambiental, não permitindo investimento público nessas áreas.

Nesse sentido, MELO (2008) afirma que, na década de 1990, a cidade de Três Ranchos foi beneficiada com a implantação de projetos governamentais que visavam à dinamização do turismo para destacar-se como localidade turística.

Assim foram implantados, nos estados da federação, pelo Ministério do Meio Ambiente, o Programa de Execução Descentralizada (PED). No entanto, outros investimentos já haviam sido iniciados desde a década de 1980.

Borges (1997), consultor responsável pelo *Diagnóstico da Oferta Turística* em Três Ranchos (uma das etapas do referido PED), chega à conclusão de que a atividade turística neste local ocorreu de forma inesperada em um local que não estava preparado para as mudanças ocorridas durante a implantação de uma nova atividade. Neste estudo, são mencionados os graves problemas existentes no município desde a ocupação desordenada por parte das construções a violação de normas Federais e Estaduais em áreas lacustres, as mudanças no âmbito social, econômico e cultural ainda presentes, a ausência de projetos que se preocupem com a questão ambiental que envolva a sociedade como um todo e a desmotivação da população frente à situação em que o município se encontra devido a baixo fluxo de turistas.

Além disso, deve-se considerando a natureza como parte integrante do processo de desenvolvimento social, repensar como o lago no decorrer do tempo histórico originado para atender a demanda capitalista, foi fator determinante na ocupação do município de Três Ranchos e quais consequências para o meio natural isso trouxe. O lago tornou-se um atrativo, dele dependia e depende boa parte das atividades recreativas realizadas no local.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito deste trabalho foi repensar as formas de ocupação do município de Três Ranchos e suas consequências socioambientais. O município é caracterizado aqui como localidade turística por possuir o lago artificial originado do represamento das águas do rio Paranaíba. Assim, devido à bela paisagem formada nesta região de cerrado, houve a construção de grandes empreendimentos e a ocorrência de usos competitivos pelo recurso hídrico por parte da população e os grandes empreendimentos. Faz-se urgência de políticas públicas que possam mitigar os efeitos ocorridas neste espaço com a construção do lago e a ocupação desordenada.

Essa reflexão foi realizada baseada nos estudos desenvolvidos do lugar, a literatura pertinente e em específico um estudo feito denominado *diagnóstico de oferta turística* no ano de 1997, pelo consultor Marcos Martins Borges. Deste período até o momento atual poucos estudos sobre a temática ambiental foram realizados e o município sofre com as consequências dessas alterações. Dessa forma o município vai aos poucos perdendo os turistas que visitavam o local

ou os recebem nos momentos em que o lago tem sua cota d'água aumentada nos períodos de chuva e nestes os problemas continuam momentaneamente escondidos.

Assim, vê-se que a ocupação desordenada na cidade de Três Ranchos em específico nas áreas limítrofes ao lago gerou uma série de efeitos negativos (sociais e ambientais) como mencionado no decorrer deste texto. Desta forma é importante ressaltar que o município ao se transformar em local turístico, passa também a ser de interesse daqueles que favorecidos financeiramente puderam adquirir suas propriedades em seu entorno ocasionando a partir deste instante, conflitos territoriais entre a população residente, a população visitante, bem como o poder público local que possui grandes entraves na atualidade para ministrar tal situação. Assim, na atualidade, esses problemas originados do processo de ocupação desordenada dessas áreas acabaram por limitar o acesso da população local ao lago e, ao mesmo tempo, delegá-las ao descaso dos responsáveis pelo lago em recuperar áreas que estão em condições de extrema vulnerabilidade e imensamente degradadas pelo processo erosivo decorrente da flutuação do lago. Na tentativa de mitigar tais aspectos negativos justifica-se a realização dessa pesquisa através da metodologia caracterizar por meio de mapeamento esses empreendimentos identificando-os e posteriormente através da pesquisa de campo ainda não concluída oferecer informações que venha auxiliar no planejamento e gestão local melhorando assim a qualidade de vida da população.

Title: Reconfigure Space City Of Três Ranchos And Privatization And Occupation In The Vicinity Of Lake

Abstract

The present work constitutes a preliminary study about the Três Ranchos (GO) which was characterized as a tourist resort from the formation of the artificial lake, originated from the construction of the Hydroelectric Power Station by the Capsizing of Minas Gerais (Cemig) in Rio Parnaíba in early 1980. The aim of this work is to identify the process of reconfiguration Space City Ranchos (GO) after the appearance of the lake in particular the occupation of their margins of private benefit. To develop tourism, was the construction of large projects on the site and the occurrence of competing uses for water resources (Lake) by the resident population and these ventures. Search this research with historically contextualize this process through theoretical research. Subsequently, to characterize the use of this territory through mapping in order to identify the actors involved in a rearrangement. In a last step, will be applied questionnaires and interviews with residents, tourists, government thus enabling a better understanding of the local reality and contribution in the planning process.

Keywords: Three Ranches, Territory, Planning.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Flávio Gomes de; PEREIRA, Luiz Firmino Martins. O papel da distribuição e da gestão dos recursos hídricos no ordenamento territorial brasileiro. In: ALMEIDA, Flávio Gomes de; SOARES, Luiz Antônio Alves (org.). **Ordenamento territorial:** coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 85-113.
- BORGES, M. M. **Projeto criação de quatro pólos irradiadores de desenvolvimento do ecoturismo:** microrregional diagnóstico da oferta turística subgerência município de Três Ranchos, 1997. 45 p.
- CAMARGO, Luís Henrique Ramos de. Ordenamento territorial e complexidade: por uma reestruturação do espaço social. In: ALMEIDA, Flávio Gomes de; SOARES, Luiz Antônio Alves (org.). **Ordenamento territorial:** coletânea de textos com diferentes abordagens no contexto brasileiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.p. 21-60.
- DUARTE, Fábio. **Planejamento urbano.** Curitiba: Ibpex, 2007. 177 p.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 396 p.
- MELO, N. A. de. **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO):** análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas. 2008. 527 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.
- RAFFESTIN, Claude. 1993(1980). **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** espaço e tempo: razão e emoção. 3 ed. São Paulo: Hucited, 1999.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização.** São Paulo: Contexto, 1988. 80p.
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual:** natureza, capital e a produção do espaço. Trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- TRICART, Jean. **Ecodinâmica.** Rio de Janeiro: IBGE; Dir. Técnica - SUPREN, 1977. 91 p.
- ZHOURI, Andréa.; LASCHEFSKI, Klemens. (Orgs). **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 484p.